

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

A C COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI, localizado no Conjunto São Pedro, Alameda A, Nº 04 – Bairro: Coqueiro, Ananindeua/Pará, CEP: 67.113-780, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 38.084.429/0001-87, o mesmo endereço para cobrança doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**;

RECICLE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, com sede na Av. Ricardo Borges, Nº 1498, Bairro: Guanabara, Ananindeua/PA, Cep.: 67.110-290 e inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.272.547/0001-58, Inscrição Estadual de Nº 15.255.753-9, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATADA**. Por intermédio do seu representante legal o Sr. Marcelo Corrêa Sousa, Administrador, portador da Carteira de Identidade Nº 20.456.346-X SSP/SP e CPF Nº 064.987.498-65.

As partes acima identificadas (“Partes”) têm entre si justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Gerenciamento de Resíduos (“Contrato”), segundo as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 A **CONTRATADA** prestará a **CONTRATANTE** os serviços de **COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE** gerados na unidade da **CONTRATANTE** localizado no Conjunto São Pedro, Alameda A, Nº 04 – Bairro: Coqueiro, Ananindeua/Pará, CEP: 67.113-780, os quais incluem a coleta, o transporte e a destinação final, conforme o tipo de resíduo gerado e de acordo com as especificações constantes do Anexo 01 do presente instrumento.

1.1.2 Em caso de dúvida ou conflito entre qualquer disposição deste Contrato e seu Anexo, deverão prevalecer os termos e condições deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – LOCAL E FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O resíduo objeto deste contrato será coletado pela **CONTRATADA**, sem fornecimento de material, no estabelecimento da **CONTRATANTE** no Conjunto São Pedro, Alameda A, Nº 04 – Bairro: Coqueiro, Ananindeua/Pará, CEP: 67.113-780, incumbindo a **CONTRATANTE** a entrega dos resíduos devidamente acondicionados de acordo com as normas NBR 12807; RDC Nº306.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. Este Contrato vigorará pelo prazo de 12 meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento, podendo ser renovado por igual período, por meio de assinatura de termo aditivo, previsto reajuste anual a critério das partes, mantendo-se todas as cláusulas e condições ora previstas, incluindo, a remuneração e responsabilidades da **CONTRATADA** estabelecidas neste instrumento.

3.2. Na hipótese de, na data do termo final do Contrato, ainda existirem resíduos não coletados vinculados ao presente Contrato, o presente instrumento se prorrogará pelo tempo necessário à conclusão dos serviços, não sendo devido nenhum outro valor adicional pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. Os valores a serem pagos mensalmente pela **CONTRATANTE** pelos serviços aqui contratados estão compostos no Anexo 02 do presente instrumento e serão adimplidos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução dos serviços, mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, da Nota Fiscal/Boleto Bancário, devidamente acompanhada de relatório discriminado dos serviços executados. Os certificados de destinação final serão disponibilizados ao contratante após confirmação de pagamento na plataforma online da **CONTRATADA**.

4.1.1 Para fins do quanto dispõe a cláusula 4.1 acima, a **CONTRATANTE** deverá acessar a plataforma online da **CONTRATADA** www.reciclesa.com.br ou <http://recicle.aquariunsistemas.com.br> para obtenção de boletim de medição, Nota Fiscal e Boleto Bancário em tempo hábil para pagamento pois será de total responsabilidade da **CONTRATANTE** em casos de atrasos de pagamento as despesas/juros geradas para a **CONTRATANTE**.

4.1.2 A Nota Fiscal e Boleto de cobrança serão disponibilizados na plataforma online com até no mínimo 10 (dez) dias de antecedência da obrigação de pagamento respectiva, sob pena de o prazo para pagamento ser prorrogado automaticamente por tantos dias quantos forem do atraso no recebimento da nota fiscal/boleto.

4.1.3 Seu login para acesso a plataforma online será seu CNPJ sendo cadastrado como pessoa jurídica ou CPF em caso de pessoa física e senha a sequência de 1 a 6, sendo possível alteração após seu primeiro acesso.

4.2. Os valores descritos neste contrato incluem todos os custos, insumos, despesas, encargos, tributos incidentes e demais obrigações legais para o cumprimento integral das disposições contratuais até o término do prazo acordado, não sendo cabíveis quaisquer reivindicações a título de revisão de preço, compensação ou reembolso.

4.3. O pagamento referido na cláusula 4.1. estará vinculado à aceitação, pela **CONTRATANTE**, do relatório dos serviços executados enviado pela **CONTRATADA**.

4.4. O certificado de destinação final deverá ser apresentado pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, contendo, no mínimo (i) nome da empresa e do responsável técnico pelo tratamento dos resíduos, que deverá autenticar digitalmente o certificado; (ii) descrição do tipo e do volume de resíduo tratado (baseado nas características dos resíduos recebidos); (iii) indicação do estado físico e o tipo de tratamento realizado nos



resíduos; (iv) data da realização do tratamento e (v) data da emissão do certificado de destinação final dos resíduos.

4.5. Os valores constantes do anexo II serão reajustados depois de decorridos 12 (doze) meses da data de assinatura deste contrato, conforme fórmula:

$$Pr = Po + (Po \times IPCA)$$

Pr => Preço corrigido;

Po => Preço contratual proposto;

IPCA => Índice de Preços ao Consumidor Amplo. Fonte: IBGE. Índice acumulado nos últimos doze meses.

Caso eventualmente não houver disponibilidade do índice indicado, o reajuste deverá ser calculado pelo índice que vier a substituí-lo ou então, na falta deste pelo IPC/FGV ou ainda IGPM.

4.6. Os valores reajustados em 1º de janeiro do ano subsequente serão repassados a CONTRATANTE somente no ato da renovação contratual.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A **CONTRATADA** se obriga a:

(i) Prestar os serviços objeto deste contrato em estrita observância à legislação federal, estadual e/ou municipal aplicável, dentre outros, especialmente no que concerne a saúde, segurança e meio ambiente, respondendo integralmente por sua qualidade e adequação.

(ii) Responsabilizar-se integralmente pela coleta, transporte, tratamento e destinação final de todos os resíduos é objeto do presente contrato, observando as disposições próprias da legislação aplicável a cada tipo de resíduo.

(iii) Disponibilizar à **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, sempre que solicitado, quaisquer esclarecimentos e informações que se fizerem necessários para o acompanhamento da evolução dos serviços, incluindo, mas não se limitando, a todos os procedimentos de coleta, transporte, destinação final, análises de riscos e/ou aspectos e impactos, com as respectivas medidas de bloqueio para os aspectos significativos das atividades que possuam interface com os resíduos da **CONTRATANTE**.

(iv) Responder perante a **CONTRATANTE** por quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência da prestação dos serviços objeto deste contrato, inclusive, mas não apenas, por falhas técnicas no procedimento, erro, negligência, imprudência ou imperícia na aplicação da técnica de tratamento dos resíduos é objeto deste Contrato.

(v) Fornecer, com relação à **CONTRATADA** ou quaisquer outras empresas envolvidas na destinação final dos resíduos é objeto deste Contrato, sempre que necessário ou solicitado pela **CONTRATANTE**, documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista, ambiental e previdenciária, assim como cópia autenticada da licença de operação para exercer a atividade ora contratada, concedida pelos órgãos ambientais competentes, e suas respectivas renovações.

(vi) Emitir certificado de destruição e/ou destinação final, conforme previsto na Cláusula 4.4 deste contrato.

(vii) Fornecer, a seu custo e responsabilidade, todo e qualquer Equipamento de Proteção Individual (EPI) necessário à prestação do serviço ora contratado, devendo fazer com que seus empregados e/ou prepostos façam uso dos referidos equipamentos.

(viii) Responsabilizar-se, de forma exclusiva, administrativa e penalmente, por quaisquer violações ou danos causados, direta ou indiretamente, por seus funcionários, prepostos e/ou subcontratados à **CONTRATANTE**, seus ativos, empregados, prepostos, representantes ou ao meio ambiente e/ou terceiros, ainda que não estejam no exercício de suas funções, ficando assegurado à **CONTRATANTE** o direito de regresso contra a **CONTRATADA** no caso de eventual responsabilização relacionado aos serviços contratados.

(ix) A **CONTRATADA** deverá apresentar-se como única responsável perante os órgãos públicos competentes, inclusive para fins de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), sempre que assim solicitado ou consentido pela **CONTRATANTE**, requerendo, ademais, a exclusão da **CONTRATANTE** de quaisquer investigações e processos administrativos ou judiciais relacionados direta ou indiretamente aos serviços objeto deste Contrato.

(x) Responsabilizar-se pelo pagamento de multas, sanções ou demais penas pecuniárias impostas por quaisquer órgãos fiscalizadores, bem como indenizações e/ou reparações advindas de decisão administrativa e/ou judicial.

(xi) Eximir a **CONTRATANTE** de toda e qualquer responsabilidade referente aos serviços objeto deste contrato resultante, dentre outros, de reivindicações, queixas, representações, procedimentos administrativos e ações judiciais de qualquer natureza.

(xii) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessária à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva responsável.

(xiii) Arcar com todos os custos inerentes aos seus funcionários contratados para a execução dos serviços objetos deste contrato, na qualidade de única e exclusiva empregadora, tais como: salários e adicionais, férias, 13º salário, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, impostos, taxas e contribuições fiscais e para fiscais.

(xiv) Garantir que os serviços ora contratados serão prestados de forma total, completa e suficiente para obtenção das finalidades previstas e com autonomia indispensável para esses efeitos, devendo, para tanto, contratar e formar, sob sua exclusiva responsabilidade e custeio, a equipe de profissionais necessária para a

adequada prestação dos serviços, sob pena de incidir em perdas e danos, além da rescisão do presente contrato.

5.2 Assistirá à **CONTRATANTE** o direito de cobrar judicialmente tais obrigações da **CONTRATADA**, servindo, para tanto, o presente contrato como título executivo extrajudicial, ou compensar seu crédito com os pagamentos devidos à **CONTRATADA** com base neste ou em qualquer outro contrato.

5.3 A **CONTRATADA** declara que detém todas as autorizações, permissões, concessões e licenças necessárias para a execução do presente contrato, estando, portanto, devidamente habilitada e em conformidade, mas não se limitando, com as exigências impostas pela legislação aplicável e demais normas em vigor, respondendo, exclusivamente por qualquer infração cometida.

5.4. Eventual alteração desta condição deverá ser imediatamente comunicada à **CONTRATANTE**, que decidirá quanto à possibilidade de rescisão motivada deste contrato ou adoção de um plano de adequação a ser implementado pela **CONTRATADA** em prazo adequado a ser estabelecido exclusivamente pela **CONTRATANTE**.

5.5. No caso de ocorrência de qualquer incidente e/ou acidente nas dependências da **CONTRATADA** envolvendo os resíduos da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá indicar responsável a fim de que o mesmo realize contato imediato com o responsável da **CONTRATANTE** e forneça o máximo de detalhes da ocorrência, características, possíveis causas, localização exata, etc., emitindo, em prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, relatório/apresentação descrevendo o ocorrido.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A **CONTRATANTE** se obriga a:

(i) Realizar o acondicionamento dos resíduos de forma adequada, atendendo à legislação nacional e demais resoluções referentes a tal matéria, conforme as normas da NBR 12807; RDC Nº306

(ii) Entregar as respectivas notas fiscais de simples remessa de mercadoria que deverão acompanhar os resíduos.

(iii) Cumprir a legislação ambiental, fiscal e demais disposições legais referentes à segregação e acondicionamento de resíduos, até o recebimento do material pela **CONTRATADA**.

(iv) Efetuar o pagamento das notas fiscais de serviços enviadas pela **CONTRATADA** nos prazos descritos no presente instrumento, desde que cumpridos todos os requisitos e obrigações listadas neste Contrato, incluindo às disposições da cláusula 4.1.

(v) Fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento do presente instrumento, assim entendidas todas as informações referentes aos resíduos que possam importar para a estocagem, o tratamento térmico ou eventual tratamento de acidente ambiental, com a contaminação do meio ambiente e/ou de pessoas.

(vi) Comprometer-se a não misturar aos resíduos objetos deste contrato outros resíduos incompatíveis, instáveis ou compostos perigosos ou que possam prejudicar ou causar danos aos equipamentos ou pessoas envolvidas, nem enviar para a **CONTRATADA**, resíduos diversos daqueles expressamente dispostos no presente instrumento.

(vii) Entregar os resíduos devidamente segregados e acondicionados.

6.2. A **CONTRATANTE**, sempre que julgar conveniente poderá a qualquer tempo, realizar auditorias no local da prestação dos serviços, devendo a **CONTRATADA** atender, em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, qualquer solicitação feita pelo representante da **CONTRATANTE**.

6.3. Assistirá à **CONTRATADA** o direito de cobrar judicialmente tais obrigações da **CONTRATANTE**, servindo, para tanto, o presente contrato como título executivo extrajudicial, com base neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE PELOS RESÍDUOS

7.1. A partir da entrega dos resíduos, objeto deste contrato à **CONTRATADA** acompanhados da respectiva Nota Fiscal de simples remessa de mercadoria ou documento similar, a **CONTRATADA** assumirá toda e qualquer responsabilidade pelos referidos resíduos, conforme disposto neste instrumento e na legislação aplicada.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das Partes, por inadimplemento das obrigações contratuais, se a outra Parte deixar de atender às obrigações principais assumidas neste Contrato, quais sejam, aquelas relativas ao objeto, preço, obediência da legislação ambiental e obrigações das Partes e desde que tal descumprimento não tenha sido devidamente justificado.

8.2. O contrato será rescindido imediatamente, independentemente de qualquer tipo de aviso, notificação, comunicado ou interpelação nas seguintes hipóteses:

(i) em caso de falência, pedido de autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou insolvência de qualquer das Partes Contratantes.

(ii) utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições, arcando com as penas da Lei;

(iii) transferência a terceiros, pela **CONTRATADA**, total ou parcialmente, dos direitos e obrigações decorrentes do presente Contrato, sem a prévia autorização, por escrito, da **CONTRATANTE**;

(iv) se ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito; de acordo com o disposto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro;

- (vi) inadimplência, por parte da **CONTRATADA**, com relação a compromissos assumidos com terceiros, aí incluídos trabalhadores temporários ou efetivos, clientes, fornecedores, órgãos de administração pública federal, estadual ou municipal; e
- (vii) em razão da supressão / paralisação pelas Partes, qualquer que seja o motivo, das atividades geradoras do objeto do presente contrato.
- (viii) inadimplência de pagamento da **CONTRATANTE** por período superior a (60) sessenta dias, a partir do recebimento da Nota Fiscal.

8.3. Fica facultado às Partes a qualquer momento, denunciar o presente Contrato, sem ônus ou multa, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Caso o pré-aviso não seja feito, a Parte que rescindir este contrato pagará à outra Parte multa no valor da última fatura enviada pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

8.4. No caso de rescisão, fica ressaltado o direito da **CONTRATADA** de receber a remuneração dos serviços até então executados e devidamente aprovados pela **CONTRATANTE**, na forma prevista no presente instrumento.

8.5. Em caso de rescisão deste contrato, as Partes tomarão todas as medidas que forem julgadas apropriadas para manter, durante o período de aviso prévio, a continuidade operacional, incluindo a elaboração de relatórios, planejamentos e outros aspectos formais e operacionais contratados.

CLÁUSULA NONA – MULTAS

9.1. Caso a **CONTRATANTE** não efetue o pagamento do preço nos termos e condições previstos neste contrato, ficará sujeita ao pagamento de multa de 2%, bem como juros moratórios de 0,03% ao dia sobre o valor do débito em atraso, até o cumprimento da obrigação inadimplida.

9.2. Sem prejuízo da multa referida nesta Cláusula, será facultado às Partes o direito de rescindir o presente Contrato, caso não seja providenciado o cumprimento da obrigação contratual inadimplida.

9.3. Fica ainda resguardado às Partes o direito ao recebimento de valores indenizatórios e/ou compensatórios, de acordo com o prejuízo causado pelo atraso ou inadimplemento por uma das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – INCIDÊNCIAS FISCAIS

10.1 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato ou da sua execução, assim definido na norma tributária, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, sem direito a reembolso.

10.2 Caso a **CONTRATANTE** seja instada a pagar quaisquer tributos em nome da **CONTRATADA** ou em decorrência desta prestação de Serviços, a **CONTRATADA** deverá reembolsar a **CONTRATANTE** no prazo máximo de 5 (cinco) dias do recebimento de aviso escrito da **CONTRATANTE** neste sentido, sendo facultado à **CONTRATANTE** descontar o referido valor do pagamento subsequente por esta devido à **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NOVAÇÃO

11.1. A tolerância de quaisquer das Partes, em relação a eventuais infrações contratuais da outra Parte, não importará em modificação, novação ou renúncia de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

12.1 Fica desde já estipulada a proibição de cessão ou transferência dos direitos e deveres que este ajuste produz, por parte da **CONTRATADA**, seja qual título for, sem que seja realizado mediante prévia autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE

13.1. As Partes se obrigam reciprocamente a manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre todas e quaisquer informações da outra Parte a que venha a ter acesso em virtude do presente Contrato, sejam elas de natureza técnica, propriedade industrial, fórmulas, conteúdos, materiais, ou relativas às negociações, dados de mercado, preços, clientes, capacidade de produção industrial e estocagem e todas as demais informações, passadas, recebidas ou confirmadas expressamente como confidenciais, obrigando-se por si, seus prepostos, empregados e terceiros que venham a ter acesso a estas informações, sob pena de rescisão imediata do Contrato, com apuração das perdas e danos decorrentes de tal revelação e possível aplicação da multa prevista na Cláusula Décima à **CONTRATADA**, caso aplicável.

13.2. A presente Cláusula de confidencialidade não se aplica às solicitações feitas à **CONTRATADA** pelos Órgãos Fiscalizadores ou Governamentais. Nessas situações, a **CONTRATADA** se obriga a informar a **CONTRATANTE**, previamente, o teor das solicitações feitas pelos mencionados órgãos, bem como a fornecer cópia, por escrito, das informações prestadas, e, ainda, das solicitações feitas pelos mencionados Órgãos.

13.3. A presente obrigação permanecerá em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos após o término da vigência e/ou rescisão do presente instrumento, por qualquer motivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DECLARAÇÕES

14.1. As Partes declaram e garantem, mútua e reciprocamente, que:

- (i) Seus signatários, procuradores e representantes legais estão devidamente autorizados a celebrar o presente Contrato e a cumprir com as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto.

- (ii) O presente Contrato constitui instrumento válido, eficaz e exequível e que, portanto, deverão cumprir com todas as obrigações e deveres nele pactuados.
- (iii) A celebração deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer outro contrato, documento ou entendimento assinado, ou em vias de ser assinado, bem como qualquer decisão administrativa ou judicial sob a qual as Partes tenham tomado parte ou estejam submetidas.
- (iv) Este Contrato contém obrigações válidas e vinculantes, sendo plenamente exigíveis de acordo com os seus termos e condições.
- (v) Sempre guardarão na execução deste Contrato os princípios da probidade e da boa-fé, presentes também, tanto na sua negociação, quanto na sua celebração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Ajustam as Partes que, no caso de nulidade ou anulação de qualquer das cláusulas ou condições deste instrumento, por decisão judiciária ou administrativa em qualquer instância, o presente instrumento não será anulado, sendo simplesmente excluída do Contrato a cláusula inválida.

15.1.1 Caso tal cláusula seja indispensável à validade do Contrato, será firmado novo instrumento ou formado termo aditivo, no qual tal anulação seja suprimida ou adequada, mantendo-se o equilíbrio contratual.

15.2. O presente Contrato não gerará qualquer vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, declarando a **CONTRATADA** que todos os seus empregados estão perfeitamente treinados e familiarizados com as condições em que os serviços deverão ser executados, bem como está cumprindo rigorosamente todas as normas da legislação trabalhista e previdenciária, pagando regularmente os vencimentos e recolhendo as contribuições, encargos sociais e respectivos tributos que incidem ou venham a incidir sobre a presente prestação de serviços.

15.3. As Partes não terão qualquer obrigação de dedicação exclusiva entre si, podendo ambas contratar livremente quaisquer serviços com terceiros, mesmo que o objeto dessa contratação seja similar ou coincidente com o do presente contrato, ressalvado, contudo, o disposto nas cláusulas de obrigações de confidencialidade ora pactuadas.

15.4. O presente Contrato deverá ser respeitado pelas Partes, seus herdeiros e/ou sucessores.

15.5. Qualquer alteração no presente Contrato somente será válida se efetuada por escrito e de comum acordo entre as Partes, mediante um Aditivo ao presente Contrato.

15.6. O presente contrato é o único instrumento legal e regulador dos serviços contratados, substituindo todo e qualquer documento anterior trocado entre as Partes acerca dos mesmos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. As Partes elegem o Foro da comarca de Belém, Estado do Pará, como competente para dirimir quaisquer dúvidas porventura oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE: **A C COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS**
LTDA:38084429000187
Assinado de forma digital por A C COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS
LTDA:38084429000187
Dados: 2024.11.01 16:08:41 -03'00'

A C COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ Nº 38.084.429/0001-87

CONTRATADA: **RECICLE SERVICOS DE LIMPEZA**
LTDA:08272547000158
Assinado de forma digital por RECICLE SERVICOS DE LIMPEZA
LTDA:08272547000158
Dados: 2024.10.01 16:11:48 -03'00'

RECICLE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ/MF Nº 08.272.547/0001-58



ANEXO 01

COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (Os resíduos deverão estar acondicionados conforme as normas da NBR 12807; RDC Nº306).

- Não trabalhamos com fornecimento de material;
- Coleta de resíduos na **CONTRATANTE** será realizada 01 (uma) vez por mês: Terça-feira da 1ª semana;
- Não havendo resíduo será cobrada Coleta/Visita no valor de R\$ 204,15 (Duzentos e quatro reais e quinze centavos);
- Recebimento dos resíduos na Central de Tratamento de Resíduos da **CONTRATADA**;
- Emissão de Certificado digital de Tratamento de Resíduos;

ANEXO 02

COMPOSIÇÃO DOS VALORES DO SERVIÇO CONTRATADO PAGAMENTO MENSAL POR COLETA.

- O Valor para a Coleta e Destinação Final de Resíduos, será por coleta conforme a Tabela abaixo:
 - Valor por coleta, sem fornecimento de material.

Tabela de Preços			
Tratamento e Destinação Final para Resíduos			
Forma de	Quantidade em kg		Preço
Pagto	De	Até	em reais
PorFaixa	0,00	10,00	R\$ 204,15

*VALOR POR COLETA

** Valor do Kg excedente R\$ 5,56





Consulte autenticidade via QR Code.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU
LICENÇA SANITÁRIA DIGITAL**

LICENCIAMENTO SANITÁRIO Nº 202500000165

CNPJ

08.272.547/0001-58

PROTOCOLO

L202500004865

DATA DE EMISSÃO

27/03/2025

DATA DE VALIDADE

31/03/2026

RAZÃO SOCIAL: **RECICLE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**

NOME FANTASIA: **RECICLE SOLUCOES AMBIENTAIS**

ENDEREÇO: **AVENIDA RICARDO BORGES, A GALPÃO Nº 1498**

CEP: **67110290**

BAIRRO: **GUANABARA**

CIDADE: **ANANINDEUA - PA**

SETOR ECONÔMICO:

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO: **RENOVAÇÃO**

SERVIÇOS

ATIVIDADE:

EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS (LIMPEZA DE FOSSA, CAIXA D'ÁGUA, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO; SERVIÇOS DE ENGENHARIA, REFRIGERAÇÃO, ETC)

IMPORTANTE:

O NÃO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS IMPLICARÁ NA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA EM VIGOR, PODENDO RESULTAR, INCLUSIVE NO CANCELAMENTO DA LICENÇA, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES LEGAIS.

OBSERVAÇÕES:

ATIVIDADES ECONÔMICAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTORIZADAS E LICENCIADAS POR ESTA VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

38.12-2-00 - COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS

38.11-4-00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

38.21-1-00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

38.21-0-00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS

49.30-2-03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

78.20-5-00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA

*O ESTABELECIMENTO ACIMA ESTÁ AUTORIZADO A FUNCIONAR, CONFORME LEI FEDERAL Nº 6.437 DE 20 DE AGOSTO DE 1977.

*SUGERIMOS AO USUÁRIO QUE PROVIDENCIE RENOVAÇÃO DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO COM 90 (NOVENTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA DO PRAZO DE VENCIMENTO.

RESPONSÁVEL TÉCNICO: **RAYMUNDO DA COSTA FRANCA NETO**

CONSELHO: **CREA**

REGISTRO: **10965-D**

PERÍODO E HORÁRIOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

SEGUNDA A SEXTA

De 08:00h às 17:00h



Consulte autenticidade via QR Code.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FAZENDÁRIA - SEGEF

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO

ALVARÁ DIGITAL PROVISÓRIO - 2025

LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL
52502

CNPJ
08.272.547/0001-58

DATA DE ABERTURA
05/09/2006

ÁREA (M²)
8.000,00

RAZÃO SOCIAL
RECICLE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA

NOME FANTASIA
RECICLE SOLUCOES AMBIENTAIS

CNAE - ATIVIDADE PRINCIPAL
3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

NATUREZA JURÍDICA
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

LOCALIZAÇÃO
**AVENIDA RICARDO BORGES, A GALPÃO, Nº1498
BAIRRO: GUANABARA
CEP: 67110-290
ANANINDEUA - PA**

PORTE DA EMPRESA
DEMAIS

DIAS E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
**SEGUNDA A SEXTA
De 08:00h às 18:00h**

Nº DO PROTOCOLO
L202500004865

VALIDADE
13/05/2025

COM BASE NO ART. 145, II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 78 DA LEI Nº 5.172/1966 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - CTN) E ART. 100, 101, 102, 103 e 111 DA LEI Nº 2.181/2005, (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - CTM), O PRESENTE CONTRIBUINTE FIRMA COMPROMISSO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE CONHECE E ATENDE OS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS PARA O FUNCIONAMENTO E O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS CONSTANTES DO OBJETO SOCIAL, NO QUE RESPEITA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, AS ATIVIDADES DOMICILIARES E RESTRIÇÕES AO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, ACESSIBILIDADE E DE SEGURANÇA SANITÁRIA, AMBIENTAL E DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO, ASSIM COMO, O NÃO ATENDIMENTO A ESTES REQUISITOS ACARRETERÁ A SUSPENSÃO E CASSAÇÃO SUBSEQUENTE DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

IMPORTANTE:

ESTE ALVARÁ É VÁLIDO SOMENTE PARA LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACIMA MENCIONADAS, DEVENDO SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO E À POPULAÇÃO EM GERAL, SOB PENA DAS SANÇÕES PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

*** AS ATIVIDADES PODERÃO SER CONSULTADAS VIA QR CODE ***

OBSERVAÇÕES:

O FUNCIONAMENTO AOS DOMINGOS E FERIADOS SÓ SERÁ PERMITIDO MEDIANTE LICENÇA ESPECIAL.


THIAGO FREITAS MATOS

SECRETARIO(A) MUNICIPAL DE GESTÃO
FAZENDÁRIA - INTERINO



RECIBO DE PROTOCOLO

Protocolo nº: 2021/0000027540

Interessado: RECICLE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI

Empreendimento: RECICLE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI EPP - HORIZONTE AMBIENTAL

Objetivo do Processo:

Documentos Recebidos:

Não possui documentos recebidos

Documentos Pendentes de Recebimento:

Não possui documentos pendentes

Local e data: Belém - PA, 25/08/2021 10:08

RECICLE SERVIÇOS DE LIMPEZA
EIRELI
Interessado

Josimar do Nascimento Pereira
Assistente de Infra-Estrutura



RECIBO DE PROTOCOLO

Protocolo nº: 2021/0000027540

Interessado: RECICLE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI

Empreendimento: RECICLE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI EPP - HORIZONTE AMBIENTAL

Objetivo do Processo:

Documentos Recebidos:

Não possui documentos recebidos

Documentos Pendentes de Recebimento:

Não possui documentos pendentes

Local e data: Belém - PA, 25/08/2021 10:08

RECICLE SERVIÇOS DE LIMPEZA
EIRELI
Interessado

Josimar do Nascimento Pereira
Assistente de Infra-Estrutura



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA

Licença de Operação

LO Nº.: 10353/2016

VALIDADE ATÉ: 28/12/2021

PROCESSO Nº.: 2016/0000026876

DATA DO PROTOCOLO: 26/07/2016

A **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº. 5.457, de 11 de maio de 1.988, alterada pelas Leis nº. 5.752, de 26 de julho de 1.993 e nº. 7.026, de 30 de julho de 2.007, e em conformidade com a Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1.995, concede a presente licença ao empreendimento abaixo discriminado.

NOME / RAZÃO SOCIAL/ DENOMINAÇÃO:

RECICLE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA EPP

PORTE:

A-III

ENDEREÇO:

AV. RICARDO BORGES, Nº 1948. GUANABARA

MUNICÍPIO:

Ananindeua - PA

CEP:

67110-290

INSC. ESTADUAL/RG:

15-255753-9

CNPJ/CPF:

08.272.547/0001-58

TIPOLOGIA LICENCIADA:

2313-1 - Empresa Transportadora de resíduos de serviços de saúde

VALOR AUTORIZADO:

NV: 1

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE LICENCIADA:

AV. RICARDO BORGES, Nº 1948. GUANABARA - Ananindeua - PA
Coordenadas Geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 48:22:20,00 - S: 01:21:59,00

OBSERVAÇÕES:


Esta Licença **AUTORIZA** a operação da atividade de "Transporte de Resíduos de Serviços de Saúde", no âmbito do estado do Pará, utilizando apenas o veículo listado no ANEXO I, ficando terminantemente proibida a destinação final e o tratamento dos resíduos de serviço de saúde em área/empreendimento não licenciados pelo órgão ambiental competente, nos termos do Parecer Técnico nº 37128/GECOS/CIND/DLA/SAGRA/2016, datado de 25/11/2016 e do Parecer Jurídico nº 17107/CONJUR/GABSEC/2016, datado de 01/09/2016.


OBRIGAÇÕES

- Publicar a sua concessão, no prazo máximo de 30(trinta) dias, observando os termos da resolução CONAMA nº. 0006, de 24 de janeiro de 1986, do Decreto nº. 99.274, de 06 de junho de 1990 e da Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1995;
- Solicitar sua renovação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do prazo do término de sua vigência;
- Comunicar de imediato a esta secretaria qualquer alteração nas informações que subsidiaram a sua concessão;
- Dar cumprimento às condicionantes constantes no verso deste documento (Anexo I);

LOCAL E DATA:

Belém - PA, 29 de dezembro de 2016


p/ Francisca Lúcia Porpino, Coordenadora
Diretoria de Licenciamento Ambiental SEMAS


Luiz Flavio Fonseca Bezerra
Coordenadoria de Indústria Comércio Serviços e Resíduos - CIND



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA

Licença de Operação

LO Nº.: 10353/2016

VALIDADE ATÉ: 28/12/2021

PROCESSO Nº.: 2016/0000026876

DATA DO PROTOCOLO: 26/07/2016

Anexo I - Licença de Operação

Relação das Condicionantes

Informamos a Vossa Senhoria que durante a vigência da Licença de Operação de nº. 10353/2016 requerida no processo protocolado sob nº. 2016/0000026876 em 26/07/2016, deverá cumprir com as exigências abaixo relacionadas:

Item: Condicionante

Prazo de 1825 dias

1. A cada 365 dias, deverá ser apresentado Relatório de Informação Ambiental Anual (RIAA), a contar da data da ativação da licença, em cumprimento ao art. 7º, do Decreto Estadual nº. 1881, de 14 de setembro de 2009, acompanhado de declaração de veracidade das informações, assinada pelo representante legal e responsável técnico da empresa, de acordo com que estabelece o art. 8º, do Decreto Nº 1.120, de 08/07/2008, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 31207, de 09/07/2008, ao qual deverão ser juntados o Alvará de Funcionamento em vigência, Certificado de Inspeção Veicular (CIV), Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos – CIPP, Certificado de Comprovação da Destinação ambientalmente correta dos resíduos de serviços de saúde, DAE quitado e outros documentos que julgar pertinentes. Deverá constar no presente RIAA o registro das conformidades e inconformidades. Obs: Segundo o parágrafo único do artigo supracitado, o descumprimento desta exigência e o não recolhimento da taxa administrativa anual referente à atividade licenciada implicarão na suspensão ou cancelamento da licença, ora concedida, bem como a instauração de procedimento administrativo.

2. Desenvolver as suas atividades, utilizando apenas o veículo abaixo discriminado:

Carl/Camionete/C Fechada: NSF 5896

3. Obedecer as recomendações da Lei Federal nº 1.2305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Resolução CONAMA nº 358/2005 (Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde); ABNT NBR 10.004/2004 (Resíduos sólidos – classificação); Resolução RDC nº 306/2004 (Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde); Resolução ANTT nº 420/2004 (Aprova as instruções complementares ao regulamento do transporte terrestre de produtos perigosos).

4. Manter o veículo que transporta os produtos sempre equipados com Kit de emergência e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para os condutores;

5. Todos os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) transportados, sem exceção, deverão ter tratamento e disposição final devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, em consonância com a exigências ambientais vigentes;

6. Manter os telefones de emergência identificados na lateral dos veículos;

7. Em caso de acidente com os produtos transportados, agir de acordo com o Plano Atendimento à Emergência apresentado e aprovado neste Órgão Ambiental; e

8. Comunicar imediatamente à SEMAS a ocorrência de qualquer acidente que venha causar dano ambiental.

9. Informar quaisquer modificações pretendidas para atividades e veículos, as quais deverão ser apresentadas a esta SEMAS para nova análise.

Recomendação:

- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya;

Obs: Todas as exigências supracitadas deverão ser atendidas dentro dos respectivos prazos, sob pena do cancelamento da presente Licença e enquadramento automático da empresa e responsável às sanções preconizadas na legislação ambiental em vigor.

Solicitamos sua especial atenção para o fato de que o não atendimento das condições consignadas neste expediente, levará ao enquadramento automático do empreendimento nas normas penais da Legislação Ambiental em vigor.

p/ Francisca Lúcia de Oliveira Liles
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DLA

PORT. 2183/2016

Luiz Flavio Fonseca Bezerra
Coordenadoria de Indústria Comércio Serviços e Resíduos - CIND



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS/PA

Licença de Operação

LO Nº.: 12567/2021

VALIDADE ATÉ: 20/01/2026

PROCESSO Nº.: 2014/0000011604

DATA DO PROTOCOLO: 25/04/2014

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Estadual nº. 5.457, de 11 de maio de 1.988, alterada pelas Leis nº. 5.752, de 26 de julho de 1.993 e nº. 7.026, de 30 de julho de 2.007, e em conformidade com a Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1.995, concede a presente licença ao empreendimento abaixo discriminado.

NOME / RAZÃO SOCIAL/ DENOMINAÇÃO:

CLEAN GESTAO AMBIENTAL SERVICOS GERAIS EIRELI - CLEAN GESTAO AMBIENTAL

PORTE:

C-III

ENDEREÇO:

Est Santana do Aurá, Lot. Vila do Aurá, S/Nº, Lote C, Bairro: Aurá

MUNICÍPIO:

Belém - PA

CEP:

66630-505

INSC. ESTADUAL/RG:

15-198452-2

CNPJ/CPF:

02.428.026/0001-60

TIPOLOGIA LICENCIADA:

2314-1 - Incineração de substâncias e/ou produtos perigosos

VALOR AUTORIZADO:

CQ: 400

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE LICENCIADA:

Est Santana do Aurá, Lot. Vila do Aurá, S/Nº, Lote C, Bairro: Aurá - Belém - PA
Coordenadas Geográficas: DATUM: SIRGAS2000 - W: 48:23:04,10 - S: 01:24:45,70

OBSERVAÇÕES:

Esta Licença **AUTORIZA** a operação da atividade de Incineração de Resíduos de Serviços de Saúde e Perigosos, através de 03 (três) incineradores, RGL-600 SE e lavador de gases PPL 200, fabricado por Luftsch Solutions Ambientais, com capacidade de incineração 1 (um) 200Kg/h, 1 (um) de 100 Kg/h, e 1 (um) de 100 Kg/h, nos termos das Parecer Técnico nº 50822/GECOS/CIND/DLA/SAGRA/2021 de 12/01/2021.

OBRIGAÇÕES

- Publicar a sua concessão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observando os termos da resolução CONAMA nº. 0006, de 24 de janeiro de 1986, do Decreto nº. 99.274, de 06 de junho de 1990 e da Lei nº. 5.887, de 09 de maio de 1995;
- Solicitar sua renovação com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do prazo do término de sua vigência;
- Comunicar de imediato a esta secretaria qualquer alteração nas informações que subsidiaram a sua concessão;
- Dar cumprimento às condicionantes constantes no verso deste documento (Anexo I).

LOCAL E DATA:

Belém - PA, 21 de janeiro de 2021

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves 21/01/2021 11:15;

Rosa Maria da Luz Mendes 21/01/2021 11:13;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: <https://titulo.page.link/G7aw>





Licença de Operação

LO Nº.: 12567/2021

VALIDADE ATÉ: 20/01/2026

PROCESSO Nº.: 2014/0000011604

DATA DO PROTOCOLO: 25/04/2014

Anexo I - Licença de Operação

Relação das Condicionantes

Informamos a Vossa Senhoria que durante a vigência da Licença de Operação de nº. 12567/2021 requerida no processo protocolado sob nº. 2014/0000011604 em 25/04/2014, deverá cumprir com as exigências abaixo relacionadas:

Item: Condicionante

Prazo de 1825 dias

1. Apresentar, a cada 365 dias, Relatório de Informação Ambiental Anual (RIAA), em cumprimento ao Art. 7º, do Decreto Estadual nº 1.881/2009, de acordo com o que estabelece o Art. 8º do Decreto nº 1120/2008, devendo conter os seguintes documentos: Declaração de Informações Ambientais (DIA), assinada pelo representante legal da empresa ou responsável técnico; Alvará de Funcionamento vigente, emitido pela Prefeitura Municipal; Comprovante de pagamento da taxa DAE; Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Cadastro Técnico de Atividade de Defesa Ambiental (CTDAM) do elaborador do RIAA; Certificado de Regularidade do IBAMA-CTF, conforme Instrução Normativa nº 03/2015; Comprovante de destinação as cinzas para local habilitado, Certificado de capacitação dos operadores do sistema de tratamento térmico, conforme preconiza a Resolução CONAMA 316/2002 em seu Art.30; Apresentar laudos de monitoramento contínuo das emissões de CO, O₂ e os demais poluentes atmosféricos descritos no Art. 38 da Resolução CONAMA nº 316/2002 com periodicidade semestral acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica de profissional habilitado e laudo de calibração dos equipamentos, laudo de monitoramento dos efluentes líquidos da ETE (Arsênio total, Cádmio Total, Chumbo Total, Cobre Total, Cor, Cromo Total, Ferro dissolvido, Fluoreto dissolvido, Manganês dissolvido, Níquel total, DBO, DQO, Oxigênio dissolvido, PH, Sólidos Totais e em suspensão, Selênio Total), Resultados das análises conforme disposto no investigação ambiental.
2. Esta licença foi concedida com base nas informações apresentadas pelo requerente e, não dispensa, tampouco, substitui quaisquer outros alvarás, certidões, licenças ou autorizações, de qualquer natureza que, eventualmente, sejam exigidas pela legislação federal, estadual ou municipal.
3. Outras condicionantes poderão ser acrescentadas a esta licença mediante notificação, a qual será encaminhada ao interessado.

Solicitamos sua especial atenção para o fato de que o não atendimento das condições consignadas neste expediente, levará ao enquadramento automático do empreendimento nas normas penais da Legislação Ambiental em vigor.

Marcelo Augusto Moreno da Silva Alves
Diretoria de Licenciamento Ambiental - DLA

Rosa Maria da Luz Mendes
Coordenadoria de Indústria Comércio Serviços e Resíduos - CIND

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentadas pelo Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, e

Considerando a necessidade de revisão dos procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de se incorporar ao sistema de licenciamento ambiental os instrumentos de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua;

Considerando as diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA nº 011/94, que determina a necessidade de revisão no sistema de licenciamento ambiental;

Considerando a necessidade de regulamentação de aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente que ainda não foram definidos;

Considerando a necessidade de ser estabelecido critério para exercício da competência para o licenciamento a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

Considerando a necessidade de se integrar a atuação dos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente, em conformidade com as respectivas competências, resolve:

Art. 1º - Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

III - Impacto Ambiental Regional: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.

Art. 2º - A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou

potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º - Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionadas no Anexo 1, parte integrante desta Resolução.

§ 2º - Caberá ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, o detalhamento e a complementação do Anexo 1, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

Art. 3º - A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

Parágrafo único. O órgão ambiental competente, verificando que a atividade ou empreendimento não é potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, definirá os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento.

Art. 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, órgão executor do SISNAMA, o licenciamento ambiental, a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional, a saber:

I - localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União.

II - localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados;

IV - destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

V - bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.

§ 1º - O IBAMA fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Estados e Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

§ 2º - O IBAMA, ressalvada sua competência supletiva, poderá delegar aos Estados o licenciamento de atividade com significativo impacto ambiental de âmbito regional, uniformizando, quando possível, as exigências.

Art. 5º - Compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

I - localizados ou desenvolvidos em mais de um Município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal;

II - localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais;

III - cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios;

IV - delegados pela União aos Estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.

Parágrafo único. O órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal fará o licenciamento de que trata este artigo após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.

Art. 6º - Compete ao órgão ambiental municipal, ouvidos os órgãos competentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, quando couber, o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

Art. 7º - Os empreendimentos e atividades serão licenciados em um único nível de competência, conforme estabelecido nos artigos anteriores.

Art. 8º - O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Parágrafo único - As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade.

Art. 9º - O CONAMA definirá, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

Art. 10 - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - Definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - Requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - Análise pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, integrante do SISNAMA, uma única vez, em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

V - Audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico;

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

§ 1º - No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

§ 2º - No caso de empreendimentos e atividades sujeitos ao estudo de impacto ambiental - EIA, se verificada a necessidade de nova complementação em decorrência de esclarecimentos já prestados, conforme incisos IV e VI, o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada e com a participação do empreendedor, poderá formular novo pedido de complementação.

Art. 11 - Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

Art. 12 - O órgão ambiental competente definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

§ 1º - Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, que deverão ser aprovados pelos respectivos Conselhos de Meio Ambiente.

§ 2º - Poderá ser admitido um único processo de licenciamento ambiental para pequenos empreendimentos e atividades similares e vizinhos ou para aqueles integrantes de planos de desenvolvimento aprovados, previamente, pelo órgão governamental competente, desde que definida a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades.

§ 3º - Deverão ser estabelecidos critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando a melhoria contínua e o aprimoramento do desempenho ambiental.

Art. 13 - O custo de análise para a obtenção da licença ambiental deverá ser estabelecido por dispositivo legal, visando o ressarcimento, pelo empreendedor, das despesas realizadas pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Facultar-se-á ao empreendedor acesso à planilha de custos realizados pelo órgão ambiental para a análise da licença.

Art. 14 - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

§ 1º - A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

§ 2º - Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Art. 15 - O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação.

Parágrafo Único - O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.

Art. 16 - O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos 14 e 15, respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente e o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.

Art. 17 - O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no artigo 10, mediante novo pagamento de custo de análise.

Art. 18 - O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração os seguintes aspectos:

I - O prazo de validade da Licença Prévia (LP) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de elaboração dos planos, programas e projetos relativos ao empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

II - O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos.

III - O prazo de validade da Licença de Operação (LO) deverá considerar os planos de controle ambiental e será de, no mínimo, 4 (quatro) anos e, no máximo, 10 (dez) anos.

§ 1º - A Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que não ultrapassem os prazos máximos estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de validade específicos para a Licença de Operação (LO) de empreendimentos ou atividades que, por sua natureza e peculiaridades, estejam sujeitos a encerramento ou modificação em prazos inferiores.

§ 3º - Na renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade ou empreendimento no período de vigência anterior, respeitados os limites estabelecidos no inciso III.

§ 4º - A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.

Art. 19 - O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 20 - Os entes federados, para exercerem suas competências licenciatórias, deverão ter implementados os Conselhos de Meio Ambiente, com caráter deliberativo e participação social e, ainda, possuir em seus quadros ou a sua disposição profissionais legalmente habilitados.

Art. 21 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando seus efeitos aos processos de licenciamento em tramitação nos órgãos ambientais competentes, revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 3º e 7º da Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

ANEXO 1

ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS

SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1. Extração e tratamento de minerais

- pesquisa mineral com guia de utilização
- lavra a céu aberto, inclusive de aluvião, com ou sem beneficiamento
- lavra subterrânea com ou sem beneficiamento
- lavra garimpeira
- perfuração de poços e produção de petróleo e gás natural

2. Indústria de produtos minerais não metálicos

- beneficiamento de minerais não metálicos, não associados à extração
- fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como: produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto e vidro, entre outros.

3. Indústria metalúrgica

- fabricação de aço e de produtos siderúrgicos
- produção de fundidos de ferro e aço / forjados / arames / relaminados com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- metalurgia dos metais não-ferrosos, em formas primárias e secundárias, inclusive ouro
- produção de laminados / ligas / artefatos de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- relaminação de metais não-ferrosos, inclusive ligas
- produção de soldas e anodos
- metalurgia de metais preciosos
- metalurgia do pó, inclusive peças moldadas
- fabricação de estruturas metálicas com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- fabricação de artefatos de ferro / aço e de metais não-ferrosos com ou sem tratamento de superfície, inclusive galvanoplastia
- têmpera e cementação de aço, recozimento de arames, tratamento de superfície

4. Indústria mecânica

- fabricação de máquinas, aparelhos, peças, utensílios e acessórios com e sem tratamento térmico e/ou de superfície

5. Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações

- fabricação de pilhas, baterias e outros acumuladores
- fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática
- fabricação de aparelhos elétricos e eletrodomésticos

6. Indústria de material de transporte

- fabricação e montagem de veículos rodoviários e ferroviários, peças e acessórios
- fabricação e montagem de aeronaves
- fabricação e reparo de embarcações e estruturas flutuantes

7. Indústria de madeira

- serraria e desdobramento de madeira
- preservação de madeira

- fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada
- fabricação de estruturas de madeira e de móveis

8. Indústria de papel e celulose

- fabricação de celulose e pasta mecânica
- fabricação de papel e papelão
- fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada

9. Indústria de borracha

- beneficiamento de borracha natural
- fabricação de câmara de ar e fabricação e acondicionamento de pneumáticos
- fabricação de laminados e fios de borracha
- fabricação de espuma de borracha e de artefatos de espuma de borracha , inclusive látex

10. Indústria de couros e peles

- secagem e salga de couros e peles
- curtimento e outras preparações de couros e peles
- fabricação de artefatos diversos de couros e peles
- fabricação de cola animal

11. Indústria química

- produção de substâncias e fabricação de produtos químicos
- fabricação de produtos derivados do processamento de petróleo, de rochas betuminosas e da madeira
- fabricação de combustíveis não derivados de petróleo
- produção de óleos/gorduras/ceras vegetais-animais/óleos essenciais vegetais e outros produtos da destilação da madeira
- fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos
- fabricação de pólvora/explosivos/detonantes/munição para caça-desporto, fósforo de segurança e artigos pirotécnicos
- recuperação e refino de solventes, óleos minerais, vegetais e animais
- fabricação de concentrados aromáticos naturais, artificiais e sintéticos

- fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas
- fabricação de tintas, esmaltes, lacas , vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes
- fabricação de fertilizantes e agroquímicos
- fabricação de produtos farmacêuticos e veterinários
- fabricação de sabões, detergentes e velas
- fabricação de perfumarias e cosméticos
- produção de álcool etílico, metanol e similares

12. Indústria de produtos de matéria plástica

- fabricação de laminados plásticos
- fabricação de artefatos de material plástico

13. Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos

- beneficiamento de fibras têxteis, vegetais, de origem animal e sintéticos
- fabricação e acabamento de fios e tecidos
- tingimento, estamparia e outros acabamentos em peças do vestuário e artigos diversos de tecidos
- fabricação de calçados e componentes para calçados

14. Indústria de produtos alimentares e bebidas

- beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares
- matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal
- fabricação de conservas
- preparação de pescados e fabricação de conservas de pescados
- preparação , beneficiamento e industrialização de leite e derivados
- fabricação e refinação de açúcar
- refino / preparação de óleo e gorduras vegetais
- produção de manteiga, cacau, gorduras de origem animal para alimentação
- fabricação de fermentos e leveduras
- fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais

- fabricação de vinhos e vinagre
- fabricação de cervejas, chopes e maltes
- fabricação de bebidas não alcoólicas, bem como engarrafamento e gaseificação de águas minerais
- fabricação de bebidas alcoólicas

15. Indústria de fumo

- fabricação de cigarros/charutos/cigarrilhas e outras atividades de beneficiamento do fumo

16. Indústrias diversas

- usinas de produção de concreto
- usinas de asfalto
- serviços de galvanoplastia

17. Obras civis

- rodovias, ferrovias, hidrovias , metropolitanos
- barragens e diques
- canais para drenagem
- retificação de curso de água
- abertura de barras, embocaduras e canais
- transposição de bacias hidrográficas
- outras obras de arte

18. Serviços de utilidade

- produção de energia termoelétrica
- transmissão de energia elétrica
- estações de tratamento de água
- interceptores, emissários, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário
- tratamento e destinação de resíduos industriais (líquidos e sólidos)
- tratamento/disposição de resíduos especiais tais como: de agroquímicos e suas embalagens usadas e de serviço de saúde, entre outros
- tratamento e destinação de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas

- dragagem e derrocamentos em corpos d'água
- recuperação de áreas contaminadas ou degradadas

19. Transporte, terminais e depósitos

- transporte de cargas perigosas
- transporte por dutos
- marinas, portos e aeroportos
- terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos
- depósitos de produtos químicos e produtos perigosos

20. Turismo

- complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos

Atividades diversas

- parcelamento do solo
- distrito e pólo industrial

21. Atividades agropecuárias

- projeto agrícola
- criação de animais
- projetos de assentamentos e de colonização

22. Uso de recursos naturais

- silvicultura
- exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais
- atividade de manejo de fauna exótica e criadouro de fauna silvestre
- utilização do patrimônio genético natural
- manejo de recursos aquáticos vivos
- introdução de espécies exóticas e/ou geneticamente modificadas
- uso da diversidade biológica pela biotecnologia

CERTIFICADO

Nº 202500000001470/2025


A **RECICLE SERVICOS DE LIMPEZA LTDA**, inscrita sob o CNPJ 08.272.547/0001-58, certifica para os devidos fins que transportou e destinou os resíduos de **A C COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS EIRELI** inscrita sob o CNPJ: 38.084.429/0001-87, com inscrição estadual 15.710.379-0 e inscrição municipal ---, localizada na Conjunto São Pedro, Alameda A, 4, Coqueiro - Ananindeua/PA sob a Nota Fiscal: 202500000001470, atendendo a legislação ambiental vigente conforme tabela abaixo:

DATA	Nº MTR	PONTO DE COLETA / GERADOR	RESÍDUOS	QTD.	TRATAMENTO
01/04/2025	04/25- 226940522- 30	38.084.429/0001-87 - A C COMERCIO CONJUNTO SÃO PEDRO, ALAMEDA A, 4, COQUEIRO - ANANINDEUA/PA	RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE	0,650 Kilograma	Incineração

OBSERVAÇÕES :

Os resíduos coletados e transportados, foram destinados a empresa **CLEAN GESTÃO AMBIENTAL SERVIÇOS GERAIS EIRELI** conforme Licença de Operação 12567/2021, 5610/2010, 12199/2020, estabelecida no Vila Aura, S/N, Aurá - Belém/PA, sob o CNPJ 02.428.026/0001-60, para realizar a destinação final dos resíduos de substâncias e/ou produtos perigosos através de Incineração, de acordo com as normas técnicas e procedimentos exigidos pelos órgãos ambientais competentes.

Ananindeua, 07 de abril de 2025.



Engº Raymundo da Costa França Neto
Gerente Geral
Recicle Serviços de Limpeza Eireli
Registro: 150276414-8



